



Boletim do

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Publicação trimestral do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional - Versão em Português - R\$ 2,00

Derrotar a ofensiva imperialista contra o Irã

Os Estados Unidos prepararam um conjunto de sanções econômicas contra o Irã, sob a justificativa de que os iranianos estão a caminho de produzir a bomba atômica. Barack Obama fez intensa pressão sobre a Rússia e a China para que concordassem com o encaminhamento do plano norte-americano de bloqueio comercial ao País. A pretendida aprovação no Conselho de Segurança da ONU do plano imperialista é um primeiro passo para se chegar ao objetivo principal – o cerco ao Irã e a intervenção bélica. O desenvolvimento da ação militar depende da reação do governo persa. O ultimato consiste em o Irã abandonar o projeto atômico independente e submeter-se ao controle tecnológico das potências. Caso o governo persista na autodeterminação, os Estados Unidos poderão usar a força das armas.

A burguesia norte-americana vem combatendo o regime nacionalista desde a Revolução Islâmica. O imperialismo não admitiu perder ascendência sobre o Estado persa e o controle das imensas reservas de petróleo. Inúmeras investidas foram desfechadas contra o Irã, tanto políticas, econômicas, como militares. Potenciou a oposição pró-imperialista, realizou bloqueios comerciais e incentivou ataques de Israel ao País. A mais grave iniciativa foi jogar o Iraque contra o Irã, armando um contra o outro em uma guerra fratricida.

Posteriormente, a invasão do Iraque e a destruição do regime nacionalista de Saddam Hussein objetivavam estender-se para as fronteiras do Irã. George W. Bush tinha um plano mais amplo de controle regional. Irã,



Iraque e Síria eram e são obstáculos à livre movimentação dos Estados Unidos e demais potências no Oriente Médio. São responsabilizados por alimentarem a resistência palestina e libanesa ao expansionismo de Israel. Os governos e burguesias desses países não foram devidamente adestrados, como nos demais países árabes, cuja subserviência aos ditames dos Estados Unidos é sem paralelo histórico. O nacionalismo burguês das três ovelhas negras, a luta dos palestinos e o fracionamento do Líbano emergem como obstáculos às necessidades econômicas e estratégicas do imperialismo norte-americano e da manutenção do Estado sionista que, por sua vez, necessita ocupar mais território. Está aí por que a guerra e a invasão do Iraque fizeram parte dos cálculos estratégicos da burguesia ianque.

No entanto, a heróica resistência de parte do povo iraquiano ultrapassou o esperado. Nesse mesmo quadro,

Bush enviou a máquina de guerra dos Estados Unidos para destruir o governo do Taleban no Afeganistão, sob a justificativa de combater o terrorismo mundial. As tropas internacionais de intervenção também se depararam com a pujante resistência dos afegãos. A abertura de mais uma frente bélica e as imensas dificuldades em vencer rapidamente as forças oponentes, bem como organizar governos títeres, impossibilitaram que os Estados Unidos partissem para a guerra contra o Irã. O prolongamento das duas frentes de intervenção e da instabilidade dos governos prepostos, mergulhados num mar de corrupção e crime, manifestou-se como derrota do imperialismo. A situação não se equilibrou. Pelo contrário, agravou-se.

A derrota dos republicanos nos Estados Unidos se deveu em parte às dificuldades do intervencionismo bélico no Iraque e Afeganistão. Os democratas voltaram ao poder com a bandeira

de pacificação, de reconciliação e de multilateralismo. Retirar as tropas do Iraque, reforçar a guerra no Afeganistão contra Bin Laden, reatar relações com o Irã para se obter um acordo sobre a questão nuclear, reabilitar as relações entre Israel e Palestina, revigorar o acordo de desarmamento com a Rússia e rever o Tratado de Não Proliferação Nuclear. Não tardou para que por trás da máscara da paz aparecesse a face do intervencionismo imperial e das armas.

A contradição se evidenciou desde o momento em que Obama prometeu a retirada das tropas do Iraque e recrudescimento da ofensiva no Afeganistão. A manobra teve espaço curto. Num piscar de olhos, os Estados Unidos reabriram a campanha mundial de demonização do Irã, tão em voga na era Bush com sua classificação de “eixo do mal”. Mas o primeiro Presidente negro da maior potência tinha de apresentar-se como inovador – fez do desarmamento nuclear um estandarte. Renovou o acordo de redução de armas com a Rússia, divulgou um número de ogivas sob seu poder, orquestrou uma conferência sobre a não proliferação de armas atômicas e entregou ao público uma nova carta de orientação sobre o uso de artefatos nucleares pelos Estados Unidos no caso de guerra.

A imprensa mundial fez uma sensacional cobertura sobre as boas intenções dos Estados Unidos. É como se houvesse deixado para trás a potência militarista que criou uma grande mentira sobre as armas nucleares e químicas estocadas pelo regime de Saddam Hussein, que desconheceu o Conselho de Segurança da ONU e que invadiu Bagdá com uma poderosa força de guerra.

A noção dos democratas era que a exigência de Bush de dismantelar o programa nuclear do Irã estava correta, mas não seus métodos belicosos e a prepotência do unilateralismo. Uma pretensa nova moral nascia com Barack Obama. O fim da capacitação do Irã para montar sua bomba atômica não se limitava a uma questão particular e regional. Era parte de um movimento

geral de redução das armas atômicas e da não proliferação. Obama e Medvedev da Rússia dariam o exemplo de disposição para o desarmamento, ainda que os reatores norte-americanos e russos continuassem a enriquecer urânio para fins militares, milhares de ogivas continuassem apontadas de uns para os outros, que os estoques não contabilizados permanecessem desconhecidos e que o poderio de destruição em massa mantivesse a humanidade sob ameaça. Os gestos pacifistas do imperialismo deveriam ser interpretados como uma nova moral, aquela que levava os Estados Unidos a cumprirem uma das partes do Tratado de Não Proliferação, cuja cláusula de redução das armas nucleares não passava de formalidade para os detentores da bomba atômica.

As negociações com a Rússia e China para chegarem a um termo comum de sanção sobre o Irã, a ser aprovado no Conselho de Segurança, são apresentadas como exemplo de multilateralismo da fase Obama. Na realidade, evidencia o quanto a Rússia e a China se aproximaram dos Estados Unidos em uma posição subalterna. O governo inglês passou a trabalhar mais nos bastidores, tamanha é a desmoralização dos governantes que serviram e colaboraram com as mentiras de Bush sobre o Iraque. Contra o Irã, ao lado de Obama, tomou assento o governo francês. De fato, há uma frente coesa do imperialismo para impingir ao Irã um acordo que inutilize sua capacidade científica e tecnológica de produção da energia nuclear. O que se refletirá na sua capacidade militar. Os Estados Unidos simplesmente proibiram o Irã de ultrapassar a capacidade de enriquecimento do urânio acima de 3,5% a 4%, de forma a não alcançar o ciclo completo que lhe daria capacidade industrial e militar. Chegando-se à escala de enriquecimento para fins industriais e comerciais, que é de 20%, o passo seguinte para a bomba atômica se encurta, como explicam os físicos.

A fronteira entre a indústria de bens de consumo e a indústria bélica é tênue. O imperialismo monopoliza a produção de energia nuclear – Esta-

dos Unidos, França e Inglaterra detêm a tecnologia mais completa e avançada. Sabe-se que a era do petróleo apresenta uma longevidade inconsistente. Inevitavelmente, vem despontando uma tendência dos países buscarem a fonte nuclear. Não por outro motivo, aumenta o número de países dispostos a adquirirem usinas nucleares e por essa via acessarem a tecnologia. Os Estados Unidos controlam o ramo ainda restrito da energia nuclear, tendo por sócios a Inglaterra e França. A Rússia herdou da ex-União Soviética um caminho próprio, bem como a China. Índia, Paquistão e Israel foram auxiliados e também chegaram à bomba.

O Tratado de Não Proliferação (TNP), instituído no âmbito da Associação Internacional de Energia Atômica (AIEA), constituiu um clube fechado que tem no seu topo os Estados Unidos. A AIEA e o TNP são instrumentos dos Estados Unidos. Expressam o monopólio da ciência e da tecnologia nuclear. Os países que possuem a bomba atômica e não são signatários da AIEA – Índia, Paquistão e Israel – respondem diretamente ao Pentágono. Há pouco, o Congresso norte-americano aprovou medidas de apoio ao projeto nuclear da Índia com objetivos militares, obtendo em troca maior dependência. Fato que acirra os ânimos do vizinho Paquistão. Israel é uma incógnita. É bem provável que apenas Washington tenha acesso aos seus segredos nucleares ou haja um pacto de silêncio das potências.

Não se pode desvincular a persistência do Irã de obter a capacidade completa da tecnologia nuclear das condições particularmente privilegiadas de Israel. Os Estados Unidos e o clube atômico olímpicamente desconhecem a reivindicação de setores da burguesia árabe e do próprio Irã para que se trate em condições de igualdade com o programa nuclear de Israel. Ocorre que a denúncia sobre o direito de Israel ter a bomba atômica e o pedido de isonomia no tratamento da questão, em se tratando das particularidades do Oriente Médio, é dirigido justamente ao maior interessado em

aumentar a capacidade bélica da burguesia judia. O Estado sionista resultou da criação artificial da 2ª Guerra e logo foi aparelhado com os mais sofisticados armamentos, recebendo “ajuda” inestimável da burguesia imperialista, principalmente da ianque.

Ao contrário, o Irã é uma nação de capitalismo atrasado caracterizado pela economia combinada, que esteve sempre sob o controle do imperialismo. O surto de desenvolvimento industrial se deu com a fração burguesa nacionalista, representada pela ordem religiosa dos aiatolás, que assumiu posições nacionalistas. A derrocada da dinastia dos Pahlevi, em 1979, resultou de um longo processo de diferenciação no seio da burguesia iraniana e de profundos choques em torno do desenvolvimento das forças produtivas e das travas montadas pelo imperialismo britânico e ianque. Atualmente, alcançou projeção em parte da Ásia e do Oriente Médio. É um país populoso e tem um PIB que o colocaria na classificação feita pelos banqueiros de “emergente”, se não fosse o cerco a que está submetido. Ocorre que nas últimas décadas o Irã se potenciou, resguardando sua soberania frente aos Estados Unidos. Emergiu como uma força econômica colado ao Oriente Médio, mas está longe de ser uma potência militar diante da máquina de guerra de Israel, que funciona como um enclave do imperialismo na região. Estão aí enfiados os motivos para Obama dar continuidade à linha intervencionista de Bush.

Os Estados Unidos montaram o Grupo dos 5 mais 1 (França, Inglaterra, China, Rússia, Estados Unidos, portadores da bomba atômica, mais Alemanha), que pariram um plano em que o Irã abria mão de seu programa nuclear independente e se tornava refém dos receptores (Rússia e França) que teriam sob sua guarda a metade de seus estoques de urânio. Os 1 200 quilos do material físsil seriam enriquecidos a 20% e devolvidos no prazo de 1 ano. Assim, os iranianos estariam impossibilitados de alcançar esse patamar de enriquecimento.

O ultimato do G5/1 viola os termos



do próprio TNP. O País signatário da AIEA é reprimido pelos Estados Unidos em função da suspeita de que pretende avançar até o alcance do armamento atômico. Com a AIEA e o TNP, os Estados Unidos ditam quem pode e quem não pode deter uma capacitação de enriquecimento de 20% para cima. O terreno do conflito é o da suposição. O imperialismo passa a certeza de que a proibição do Irã dominar a tecnologia nuclear se deve ao seu objetivo militar. O governo de Mahamoud Ahmadinejad declara que os fins almejados são pacíficos. No entanto, basta a possibilidade dos fins militares para o imperialismo justificar a proibição.

Na relação de domínio imperialista e de opressão de uma nação sobre outra, não tem transcendência alguma a desconfiança. Objetivamente, há uma tendência ao armamento e não o contrário. As potências são o carro chefe dessa tendência. O Irã tão-somente faz parte de um quadro geral de conflito que cresce com a decomposição do capitalismo mundial, mas na condição de nação oprimida pelo imperialismo, assim como o Iraque e Afeganistão, sob intervenção militar.

No exato momento em que redigimos a posição do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, os Estados Unidos acabam de desprezar o esforço do Brasil e da Turquia para evitar a aprovação do plano Obama de ataque econômico e de cerco militar ao Irã. O governo brasileiro

evitou um alinhamento automático às posições da Casa Branca. Lula se pronunciou por um caminho pacífico de solução. Frente ao impasse, depois do Irã rejeitar o ultimato do G5/1, restava uma cartada decisiva: convencer o governo iraniano a aceitar o ultimato da reunião de outubro, com o acréscimo de que a Turquia seria o responsável pelo depósito do urânio.

Imediatamente, sem esperar que os termos do acordo chegassem, no prazo de uma semana, à AIEA, foram rechaçados pelos Estados Unidos. Hillary Clinton apresentou no Conselho de Segurança da ONU o plano de “fortes sanções”. Explicação: o Irã não se comprometia a abandonar o enriquecimento ao nível dos 20%, não permitia o total controle das dependências das suas usinas pelos inspetores da AIEA e não comprovava a intenção de não produzir a bomba. Não obstante, basta o acordo do depósito e do enriquecimento externo para se ter configurada a quebra de soberania do Irã.

Brasil e Turquia correram para salvar o ultimato do G5/1. Não se colocaram pela defesa do direito do Irã promover um programa científico, tecnológico e industrial independente. Lula defendeu e defende para o Irã aquilo que quer para o Brasil. Apenas o direito restrito da produção da energia para a indústria de bens de consumo, que exige o enriquecimento de pelo menos 20%. As pressões para que o País abra completamente o progra-

ma nuclear da Marinha crescem nos bastidores. Os Estados Unidos exigem uma revisão do TNP, que dá mais poderes aos seus agentes encastelados na AIEA de intromissão e de controle. Como vimos, em torno do Irã se desenvolve um movimento de domínio monopolista, voltado a impedir que mais países construam suas usinas e dominem o processo da aquisição da energia nuclear.

A administração de Lula decidiu se intrometer na questão, aproveitando-se da projeção econômica do Brasil e das contradições que se desenvolvem no seio do capitalismo mundial, para expressar os interesses particulares de setores da burguesia brasileira e das Forças Armadas. Para isso, foi taxativo em condenar o direito do Irã de obter armas nucleares. Resaltou o exemplo do Brasil que abandonou a aspiração da bomba atômica e que escreveu na Constituição a sua proibição. Lula não fez senão reproduzir a renúncia à soberania nacional e ao direito dos países atrasados disporem livremente de suas potencialidades. É o mesmo que o imperialismo exige do Irã. Os Estados Unidos sabem que o ultimato do G5/1 era apenas a porta de entrada para conter a capacitação nuclear do Irã. Por isso, tem de estar sob sua condução. Um acordo realizado por fora do domínio norte-americano comparece como atrevimento e estupidez do Brasil e Turquia.

O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional se coloca incondicionalmente pela autodeterminação do Irã e pelo seu direito de alcançar um programa de energia nuclear independente, inclusive de construir a bomba atômica. Rechaça a intervenção do imperialismo. Denuncia a AIEA como agência de controle monopolista e imperialista da ciência, tecnologia e industrialização nuclear; e o TNP como um instrumento de proteção dos seus interesses econômicos e militares. Levanta a bandeira de fim imediato de todo armamento de destruição em massa, não somente da bomba atômica. Convoca as correntes que se reivindicam do marxismo, os sindicatos, centrais operárias e movimentos popu-

lares a se enfileirarem por trás dessas bandeiras antiimperialistas.

O choque dos Estados Unidos com o Irã em torno do armamento nuclear tem se circunscrito às divergências no seio da burguesia mundial. A condenação do Brasil e da Turquia quanto à possibilidade dos iranianos adquirirem a bomba atômica equivale à defesa do monopólio nuclear das potências. É necessário procurar a raiz do conflito. Ou seja, na forma imperialista a que chegou o capitalismo e na sua decomposição. A bandeira de Obama de redução e de não proliferação das armas nucleares é cínica. Os Estados Unidos encarnam as tendências bélicas mundiais.

A avaliação de que apenas foi dado um passo no desarmamento com a nova orientação sobre a segurança do povo norte-americano e que o futuro será de um mundo sem armas nucleares serve de máscara ao militarismo imperialista. Em meio à crise estrutural do capitalismo, o armamentismo vem se ampliando. É necessário desmascarar as veleidades pacifistas da burguesia. Lembremos que a bandeira pacifista do desarmamento usada no passado pela socialdemocracia e pelo estalinismo, é revivida hoje pela burguesia internacional. Dizer que a proibição do Irã de se armar é parte do desarmamento e da busca de um mundo sem armas atômicas é falsificar a verdade e ocultar a ofensiva bélica dos Estados Unidos.

A resposta ao armamento em geral e em particular às armas nucleares somente pode partir da classe operária internacional. A burguesia não se auto-desarmará, não liquidará a portentosa indústria bélica e o lucrativo mercado de armas. Nenhum país semicolonial, "emergente" ou não, é capaz de enfrentar as potências. Não farão mais do que hipocritamente elogiar as iniciativas de "desarmamento" do próprio imperialismo. O proletariado mundial, em sua expressão científica, que é a teoria e o programa marxistas, e sua experiência organizativa em partido revolucionário, tem um valioso acúmulo de luta contra a guerra imperialista e defesa das guerras de

libertação nacional dos povos oprimidos. O armamentismo e as guerras de dominação refletem as leis históricas de esgotamento do capitalismo. Impulsionam as massas a lutar contra a barbárie e as levam para a revolução socialista.

A tarefa do proletariado é se reorganizar mundialmente em torno da reconstrução da IV Internacional. Para enfrentar o imperialismo e combater o capitalismo em todas as latitudes, é imprescindível recuperar o terreno perdido pela destruição do partido bolchevique (Partido Comunista da União Soviética) e da III Internacional. Há que se armar o proletariado para desarmar a burguesia. No momento, temos de percorrer o caminho de reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, de forma que a luta de classe e o avanço organizativo permitam as massas progredirem rumo ao desarmamento da burguesia. A ausência da IV Internacional e, portanto de seções nos Estados Unidos, Irã, Brasil, Turquia, China etc impossibilitam enfrentar com os métodos da luta de classe e com o programa da revolução proletária a ofensiva imperialista. Mas entre as massas cresce a desconfiança nos propósitos militaristas do imperialismo. Os explorados do Oriente Médio repudiam o intervencionismo norte-americano. As mentiras de Bush sobre o Iraque e a sua ocupação militar alimentaram o ódio dos explorados à prepotência. Em países como Inglaterra e Itália, que auxiliaram os Estados Unidos, os governantes não têm como explicar a colaboração com tamanha fraude histórica. É nesse caldeirão que a vanguarda proletária e a juventude se entroncarão com o programa da revolução internacional.

Haverá sim o desarmamento das nações e o mundo se verá livre das armas e das guerras com a sociedade comunista. Os marxista-leninista-trotskistas trabalham segundo esse norte.

Derrotar a ofensiva do imperialismo contra o Irã!

Organizar o combate das massas na luta anti-imperialista e anticapitalista!